



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI N° 2814/1985

Ementa

PROÍBE ESTÁBULO, CURRAL E INSTALAÇÃO CONGÊNERE NO PERÍMETRO URBANO E ABANDONO DE ANIMAL NA VIA PÚBLICA, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

Data da Norma

27/03/1985

Data de Publicação

02/04/1985

Veículo de Publicação

Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

Projeto de Lei n° 4001/1984 - Autoria: Lázaro Rosa

Status de Vigência

Em vigor

Observações

ANIMAIS - proibição de criação

ANIMAIS - apreensão

Autor: LÁZARO ROSA

Histórico de Alterações

Data da Norma

01/12/1994

12/06/2012

Norma Relacionada

Lei n° 4483/1994

Lei n° 7866/2012

Efeito da Norma Relacionada

Alterada por

Revogada parcialmente por



LEI Nº 2814, DE 27 DE MARÇO DE 1985

Proíbe estábulo, curral e instalação congênere no /
perímetro urbano e abandono de animal na via públi-
ca, e dá providências correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, /
de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extra-
ordinária, realizada no dia 1º de março de 1985, PROMULGA a se-
guinte Lei:-

Artigo 1º - É proibido manter estábulo, estrebaria, curral,
chiqueiro, galinheiro e instalação congênere no perímetro urba-
no.

§ 1º - A proibição aplica-se:

- a)- à manutenção de animal sem as instalações referi--
das;
- b)- aos casos atualmente existentes.

§ 2º - O responsável será notificado a regularizar a si--
tuação no prazo de trinta dias, contados da notifi-
cação, sob pena de multa de dez unidades fiscais, /
acrescida de vinte por cento da unidade fiscal por
dia excedente.

Artigo 2º - É proibido abandonar animal de qualquer espê--
cie na via pública.

§ 1º - Considera-se abandonado o animal encontrado:

- a)- fora dos limites da propriedade de seu responsável;
- b)- em propriedade alheia, desde que o interessado o /
denuncie;
- c)- amarrado a poste e árvore na via pública.

§ 2º - O animal abandonado será apreendido e recolhido ao
Depósito Municipal, publicando-se edital e multando-se o respon



sável na forma seguinte:

- a)- tratando-se de animal eqüino, muar e bovino, por /
exemplar: cinquenta por cento da unidade fiscal;
- b)- tratando-se de animal canino, caprino, ovino e suí
no, por exemplar: vinte por cento da unidade fis--
cal.

§ 3º - A retirada do animal depende de requerimento e pa-
gamento da multa e dos preços da apreensão e da guarda, nos pra-
zos seguintes, contados da publicação do edital:

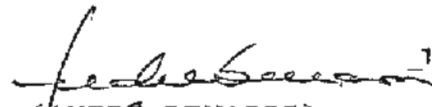
- a)- tratando-se de animal canino: até três dias;
- b)- tratando-se de animal de espécie diversa: até cin-
co dias.

§ 4º - A retirada do animal não implica direito a mantê-/
lo em liberdade.

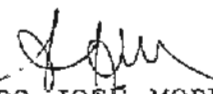
§ 5º - Não reclamado e não retirado, o animal será:

- a)- sacrificado, tratando-se de canino;
- b)- leiloado, tratando-se de espécie diversa.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-
cação, revogados os arts. 2º, 3º e 4º da Lei 2.274, de 11 de no-
vembro de 1977, e demais disposições em contrário.


(ANDRÉ BENASSI)
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Ju-
rídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos vinte e sete
dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e cinco.


(ADONIRO JOSÉ MOREIRA)
Secretário da SNIJ